

O Prazo se esgota

Com a publicação, em 11.02.2002, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Novo Código Civil, verdadeiro alvoroço implantou-se no meio jurídico e na sociedade, uma vez que tal nova codificação introduziu profundas e radicais modificações em conceitos estabelecidos há quase um século, além de revogar normas e estruturas comerciais vigentes desde 1850, editadas pelo então Imperador, D. Pedro II.

Muitos, na época, até acreditaram na possibilidade do adiamento da entrada em vigor do citado Código (o que ocorreu em 11 de janeiro deste ano, sem qualquer prorrogação), e, pasmem, alguns ainda acreditam que será prorrogado o prazo concedido para as sociedades se adaptarem às novas disposições do direito empresarial, prazo esse que se esgota em 11 de janeiro de 2004.

A primeira pergunta que invade as nossas mentes é o por que de tais prazos e, principalmente, quais as consequências do não atendimento.

Além de conter modificações muito relevantes, o Código Civil apresenta, por necessários, alguns dispositivos de direito intertemporal que visam a resguardar princípios constitucionais de segurança jurídica, protegendo os atos jurídicos constituídos antes da vigência da nova norma.

De uma forma simplificada, poderíamos dizer que se trata de modalidade de salvaguarda contra surpresas, permitindo ao homem e à sociedade o planejamento de suas ações, sem, contudo, impedir as mudanças e revisões legais. O estabelecimento de período dentro do qual a lei nova não produz efeitos é fundamental para a garantia da segurança jurídica.

Evidentemente, o estudo do tema validade/vigência/eficácia das normas, objeto do denominado direito intertemporal, é bastante complexo e a sua abordagem não se coaduna com a análise que se tem em mente para estas breves anotações sobre

direito empresarial, mas algumas simples noções são fundamentais para o perfeito entendimento do porque de ter o legislador estabelecido um prazo para que as sociedades venham a se adaptar às novas normas.

Vigência significa que uma norma é aplicável (exigibilidade de conduta) a partir de um certo momento (início de vigência). A eficácia, por sua vez, é a condição de incidência da norma.

Pode parecer complexo, mas quando aplicamos na prática fica um pouco mais fácil o entendimento desses conceitos.

O Código Civil, como um todo, foi instituído em 11 de janeiro de 2002, mas o início de sua vigência foi prolongado para 11 de janeiro de 2003, ou seja, apesar de divulgado em 2002, a aplicação de suas normas (exigência de conduta) somente passou a ocorrer em janeiro deste ano, respeitando-se, ademais, a validade dos atos já praticados até aquela data, se conformes com os ditames da lei civil anterior.

No caso específico do segmento empresarial, um prazo maior foi concedido para que as sociedades constituídas até 11 de janeiro deste ano promovam adaptações de seus contratos sociais às novas normas do Código Civil. Entretanto, para atos cujos efeitos sejam produzidos a partir da citada data, tais como, alterações de contrato social, atos de fusão, cisão ou de transformação de sociedades, a nova lei civil passou a ter incidência e aplicação imediata (eficácia).

Mas, afinal, estão todas as sociedades anteriormente constituídas obrigadas a adaptar-se às regras do novo código? E as fundações e as associações, precisam também rever seus estatutos?

Mais ainda: quais serão as consequências para as empresas se estas se quedarem inertes e não promoverem, nos contratos sociais, as tais adaptações às novas normas de direito privado?

E como ficam as sociedades formadas ou integradas por sócios que, na vida civil, são marido e mulher?

Evidentemente tais questões não esgotam o significativo rol de dúvidas que surge quando analisamos o texto do novo código, mas representam as que de imediato assomam na mente.

De um modo geral, com exceção da sociedade anônima ou companhia, que continua a ser regida por lei especial (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores), todas as demais sociedades, independentemente do tipo adotado, passaram a ser regidas diretamente pela nova lei civil, inclusive as cooperativas. Assim, todas necessitam rever suas normas contratuais e também estatutárias, quando for o caso, pois nessa obrigatoriedade incluem-se as fundações e associações, independentemente dos seus objetivos associativos ou fundacionais.

Basta ver que, em termos de direito empresarial, as sociedades foram divididas, dependendo de seu objeto social, em duas espécies: as *sociedades empresárias* e as *sociedades simples*.

Além das sociedades anônimas, enquadram-se como *sociedades empresárias* aquelas que têm por objeto o exercício de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Sociedades simples são, pela nova lei, as cooperativas e aquelas que não se enquadram como empresárias.

Assim, com exceção das sociedades anônimas e das cooperativas, para as quais a lei civil estabelece, clara e respectivamente, a natureza de sociedade empresária e de sociedade simples, o que define o regime jurídico e a estrutura da sociedade não é a profissão do sócio ou o porte / tamanho da sociedade, mas *atividade* ou *objeto* que os sócios escolheram definir no contrato social.

Basta ver que a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sua "Uni-